

AS ÁGUAS, AS SECAS, AS FOMES E AS CERCAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ENTREVISTA COM O PROF. DR. JOSÉ LEVI FURTADO SAMPAIO



O professor **José Levi Furtado Sampaio** possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (1979), bacharelado em Geografia Física (1980), mestrado em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1999) e pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2011/2012), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Projeto GeografAR. Atualmente, é professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, tendo atuado nos cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia, no Programa de Pós-graduação em Geografia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Tem vasta experiência em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço agrário, fome e desnutrição, apropriação da terra e da

água, movimentos sociais, assentamentos rurais, conflitos territoriais, relações sociedade e natureza, quilombolas, indígenas, pescadores e educação do campo. Teve atuação junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e junto aos Povos Originários e Quilombolas do Ceará. Possui variadas publicações como livros e artigos.

Currículo adaptado da Plataforma Lattes, dezembro de 2024.

Entrevista realizada por **Andrey Luna Saboia** – Professor do Campus Ipangaçu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Prezado Professor Dr. **José Levi Furtado Sampaio** (doravante Levi Sampaio), em nome do comitê editorial da Revista Geoconexões (ISSN: 2359-6007), agradeço sua disponibilidade e a oportunidade em oferecer aos nossos leitores preciosas reflexões acerca do Semiárido brasileiro sob o enfoque da Geografia Agrária, especialmente no que se refere as atuais transformações territoriais, tomando como elementos centrais de análise as problemáticas das águas, das secas, das fomes e das cercas.

Levi Sampaio: Quero agradecer ao professor Andrey Saboia pelo convite para conceder essa entrevista sobre a questão agrária, com ênfase sobre as secas, as águas, as fomes, as cercas, a agroecologia e a convivência com o semiárido, temas de grande valia para o entendimento do espaço agrário brasileiro e, em especial, do Nordeste e do Semiárido. Somos poucos os estudiosos do espaço agrário no interior da Geografia. Contudo, resistimos frente as demais disciplinas que formam o corpo teórico e prático da Geografia. Nossa agricultura agroecológica e, para além da agroecológica, os pequenos produtores rurais são os que fornecem alimentos para a população brasileira. Então é importante a leitura de mundo proposta pelo professor Andrey Saboia. Mesmo já estando afastado da Academia, sigo interpretando o espaço agrário e procurarei entregar considerações que julgo pertinentes, esperando atender o objetivo da Geoconexões e dialogar com os leitores da revista.

Pergunta: Realizando uma retrospectiva de vida, como foi seu encontro com a Geografia Agrária? O que este campo de atuação proporcionou ao longo da sua trajetória profissional?

Levi Sampaio: Sou filho de agropecuarista. Nasci no sítio Gangorra, no município de Milagres (CE), mudando, posteriormente, para Abaiara (CE). Cresci vendo a movimentação dos trabalhadores rurais. Meu pai era médio proprietário de terra junto com seus irmãos e irmãs e essa relação com o agrário nos proporcionou uma compreensão do mundo real, concreto e nesse caminho das atividades rurais, de convivência empírica, comecei a fazer os estudos sobre a Geografia Agrária, sem aprofundamento teórico neste primeiro momento.

Ao adentrar como estudante em um curso pré-vestibular em Fortaleza (CE), me deparei com as aulas do professor Luiz Cruz Lima. Foi aí que despertei e decidi fazer o curso de Geografia ou Agronomia. Naquela época, tínhamos opções de escolha no vestibular, então coloquei duas possibilidades: Geografia em primeiro lugar e Agronomia em segundo lugar. Fui aprovado no vestibular e segui o curso de Geografia.

Na Geografia, no período em que ingressei (1976) tinham várias professoras que eram muito dedicadas a discutir e analisar os espaços geográficos, possibilitando a formação dos geógrafos enquanto ser humano. Posso citar a professora Albanita Mendes Leitão, a professora Selma Alcântara, a professora Vera Cavalcanti e a professora Zenilde Baima. Na Geografia Física tínhamos excelentes professores, como Marcos Nogueira e Raimundo Castelo. Esses professores de fato foram a base da minha formação na Geografia. Quando concluí o curso, fiz o bacharelado em solos, com a orientação do professor Raimundo Castelo, um excelente professor.

Em seguida, fui cursar mestrado em Salvador (BA) na área de Geografia Física e, por problemas de acompanhamento do curso, tive que retornar para Fortaleza. Fui barrado pela geofísica e geoquímica, fiquei sem bolsa e não tive condições de me manter no curso. Ao retornar para Fortaleza, fui dar aula em cursos pré-vestibulares na área de Geografia Humana e também trabalhar na Educação do Campo, como Técnico em Educação Cooperativista, e essa ida foi por intermédio do movimento social, Movimento de Educação de Base (MEB), uma ação de grande abrangência feito principalmente pela Igreja Católica.

A experiência no MEB de forma voluntária possibilitou ser selecionado para trabalhar com o cooperativismo na Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCEC). O contato com as cooperativas agrícolas e com os associados foi importante. Nesse momento não era só a relação empírica, havia a aplicação dos conhecimentos teóricos de formação sociopolítica com os trabalhadores associados. A relação com os movimentos de educação política, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas periferias de Fortaleza e do interior do Ceará contribuíram significativamente para acumulação de conhecimento na Geografia Agrária. Recebi grandes contribuições fora do campo universitário, ao participar dos movimentos sociais.

Em 1982, fiz concurso para professor na Universidade Federal do Ceará para lecionar na área de Geografia Humana, assumindo o cargo em 1983. Havia concluído a licenciatura e o bacharelado. Ao ingressar agora como docente fui acolhido pela professora Albanita Mendes Leitão, que trabalhava com Geografia Agrária, me adotando como colaborador na área. Ministrei aula de Geografia Agrária e de elaboração de projetos na área de Geografia Humana, sempre direcionando para os estudos agrários. Daí, fui aprofundando os conhecimentos e a professora Albanita, muito exigente no sentido positivo de contribuir para que nós como colegas de trabalho aprendêssemos o máximo possível sobre as temáticas em que ela atuava, criou no Departamento de Geografia o Laboratório de Estudos Agrários (LEA), que depois de alguns anos recebeu a letra T, vindo a se tornar o Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT), onde fortalecemos os estudos sobre as questões agrárias e temas afins.

Pergunta: Considerando sua caminhada no âmbito da Geografia Agrária, como avalia sua contribuição social para este campo do conhecimento?

Levi Sampaio: Ao participar das discussões sobre Geografia Agrária, sobre a questão agrária no Brasil, conseguimos modestamente aprofundar os conhecimentos acerca da formação do espaço agrário brasileiro. Não vamos adentrar aqui em autores, mas quero lembrar do professor Manuel Corrêa de Andrade, meu professor durante o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco. Os conhecimentos obtidos foram essenciais sobre estrutura agrária, relações sociais de produção, relações técnicas, relações políticas, relações de poder, relações econômicas e como tudo isso é fundamental para compreender o espaço geográfico no seu todo e nas particularidades.

No Departamento de Geografia da UFC, o ingresso do professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, que atuou anteriormente no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IDACE), foi muito importante para o fortalecimento da Geografia Agrária e do LEAT. Fizemos uma grande parceria com as professoras Albanita e Zenilde, ambas estudiosas do materialismo e da dialética. São pessoas que contribuíram muito no nosso caminhar. O professor Amaro Alencar impulsionou a construção das relações com os movimentos sociais.

Então começamos enquanto Academia a fortalecer as relações com a CPT, com a FETRAECE, com os povos indígenas, a exemplo dos Tremembé e Tapeba. Posteriormente, outras organizações dos povos tradicionais que faziam parte do movimento quilombola no Ceará foram integrantes dos nossos estudos e atividades. Nas disciplinas de Geografia da População e de Geografia Agrária trabalhávamos essas temáticas. Trazíamos para dentro do Departamento a participação desses povos, sendo muito enriquecedor na construção do conhecimento e na acumulação teórica e prática sobre o espaço agrário.

Para além da Geografia, nos aproximamos dos professores e professoras que tinham uma visão mais crítica, na Sociologia Rural da UFC, no Centro das Humanidades, na Faculdade de Educação e na Faculdade de Economia. Então fomos adentrando esses espaços afins para fortalecer nosso conhecimento. No Departamento de História encontramos a professora Adelaide Gonçalves; na Educação a professora Lurdinha; na Economia o professor Agamenon; na Sociologia a professora Elza Braga, alguns exemplos de intelectuais que deram força na nossa construção e atuação social enquanto professor de Geografia Agrária.

Sobre a contribuição dos estudos agrários para o saber científico e popular, a Geografia Agrária traz nos seus fundamentos a compreensão da estrutura fundiária concentrada e desigual da nação brasileira, a questão agrária como dimensão estrutural do país e o debate ainda necessário sobre a Reforma Agrária. Então nos proporciona construir conhecimentos que explicam significativamente a formação territorial brasileira e como o Estado-Nação foi constituído. Além disso, uma visão crítica das relações sociais é muito importante para nos iluminar no campo da política, que vai além da própria Geografia.

Pergunta: A sua práxis intelectual foi marcada por um diálogo permanente e contínuo com os movimentos sociais do campo e organizações da sociedade civil. Qual é a relevância destes sujeitos sociais para com os processos de reprodução e resistência camponesa no Semiárido brasileiro?

Levi Sampaio: O conhecimento acadêmico não pode estar desvinculado da práxis. Daí, as estruturas dos conhecimentos universitários serem constituídos de três caminhos que se

complementam: ensino, pesquisa e extensão. Nossa construção enquanto professor foi trilhada, sedimentada na integralização e interação destes segmentos.

As pesquisas sempre foram feitas com a participação dos diversos movimentos sociais: CPT, MST, FETRAECE, povos originários, quilombolas e sindicatos. Não conseguimos fazer Ciência só reproduzindo conhecimentos. As aulas não podem ser lugar só de repetição, as aulas são espaços de construção, produção de conhecimentos, de interação dos sujeitos sociais. Daí a necessidade de trazermos e levarmos os conhecimentos para sociedade. A Ciência é um produto social. Sem as organizações sociais não conseguimos produzir Geografia comprometida com a realidade, portanto, o geógrafo deve ser engajado nas lutas e resistências sociais. Ser formador e educador com objetivos claros na construção da justiça social e humanitária é primordial.

Diante disso, cabe dizer que o Semiárido brasileiro é um espaço diverso na sua constituição e formação socioespacial. No Semiárido, os processos socioambientais e sociopolíticos têm sido forjados a partir das lutas e resistências camponesas. Como forma de sincronidade, interação e interconexão foram sendo historicamente acumulados muitos saberes e tecnologias sociais que garantem a reprodução social dos camponeses e dos movimentos sociais. A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), constituída por mais de 3 mil associações, é um exemplo vivo destas lutas e resistências camponesas no Semiárido brasileiro.

Pergunta: Em sua tese de doutoramento, a fome no estado do Ceará foi estudada à luz do pensamento de Josué de Castro. Articulando escalas espaciais, quais permanências e mudanças têm observado no que se refere à questão da fome no Semiárido brasileiro?

Levi Sampaio: A pergunta trata de um tema bastante amplo, porque aborda os estudos que Josué de Castro realizou sobre a fome no mundo, em especial a fome no Brasil, e aí cabe lembrar que Josué de Castro como deputado teve um papel fundamental na construção do conhecimento nutricional, porque foi ele quem trouxe para o campo político o debate sobre a desnutrição e a fome. Josué de Castro falava que a fome era invisível e que sempre foi escondida para não revelar os dramas da nação brasileira. Então ele classificou a fome como absoluta, aquela que mata e a fome parcial, aquela que todos nós como seres humanos podemos ter, que são carências de nutrientes no nosso organismo. Portanto, ele vai tratar das fomes de fato, mas o mais importante nos trabalhos de Josué de Castro foi ele ter levado para o mundo o debate sobre a fome, debate este que infelizmente permanece atual, continua vivo no mundo e no nosso país.

Muito importante também lembrar de um outro personagem que foi Betinho, que criou a ONG que cuidava da arrecadação de alimentos, promovia debates políticos de formação sobre a questão da fome no território nacional, ou a fome crônica, aquela que mata de fato, que as pessoas não resistem, as crianças principalmente, e essa fome tem a ver com o debate da questão do campo, a questão agrária, porque ela envolve os meios de produção. Então a estrutura agrária concentrada nas mãos de poucos retira dos outros, dos trabalhadores rurais o direito de ter a propriedade da terra e com isso a concentração de terras não permite que os trabalhadores rurais produzam alimentos para si, para a sua própria sobrevivência.

Uma outra figura muito importante no campo do debate sobre a fome foi Zilda Arns, que criou a Pastoral da Criança em 1973, e com isso foram criados pequenos programas de atendimento às famílias nas residências, onde os voluntários da Pastoral da Criança entravam nas casas das famílias para acompanharem as crianças até os seis anos de idade, para poder alimentar, e aí vem o chamado soro caseiro, que era uma forma de alimentar as crianças para que elas não falecessem. Então, Zilda Arns foi muito importante, infelizmente faleceu no Haiti, numa missão, inclusive levando

as mesmas ideias da Pastoral da Criança para serem aplicadas no Haiti, país da América Central que sempre esteve entre os países mais pobres, com a mortalidade infantil muito alta.

Posteriormente adotada pelo Governo Federal, houve a criação dos Agentes de Saúde, uma política pública hoje com funcionários preparados para sair de casa em casa. A Pastoral da Criança não abandonou esse serviço, mas hoje os Agentes de Saúde circulam país afora. Os estados da Federação também adotaram essa política, como no caso do Ceará. Portanto, o debate sobre a fome tem muito a ver com a redução da mortalidade infantil e com a promoção dos direitos humanos.

O semiárido enquanto espacialidade tem a fome como grave problema histórico. Entretanto, cabe ressaltar que não só as regiões secas contêm a fome, regiões úmidas, como a Amazônia, também apresentam elevada concentração da fome. A questão central é que o Semiárido brasileiro tem historicamente uma estrutura fundiária muito violenta, o poder do coronelismo contribuiu muito para o acirramento da pobreza e também da mortalidade infantil. Então pessoas com a reprodução de quinze ou vinte filhos, em grande parte essas crianças morreram de fome, escaparam poucos dessas famílias que tiveram muitos filhos, porque as mães e os pais não tinham terra de trabalho e os poucos que tinham não era suficiente para sustentar as famílias.

O tratamento da questão da fome, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vai ter o Fome Zero como um programa federal relevante, que busca distribuir renda. Um aspecto que faz parte do debate sobre a fome no mundo, que é a distribuição, porque no Brasil temos uma estrutura produtiva que produz muito, mas não chega na boca das famílias pobres. Então com o governo Lula e os programas Fome Zero e Bolsa Família começou a haver distribuição de renda, onde o dinheiro distribuído ampliou o acesso a alimentos. Assistimos a uma sequência histórica nos governos dos presidentes Lula e Dilma de fortalecimento da distribuição de alimentos e da renda com a circulação maior de mercadorias pelo país e com isso favoreceu a redução da pobreza e da fome no país.

Portanto, é muito importante compreender o papel da Geografia Agrária nos estudos da fome. Retomando, vale lembrar que Josué de Castro teve papel central na FAO, alimentando o debate e a construção de programas para que os países procurassem erradicar a fome. Mas o anacronismo das estruturas de poder, das estruturas econômicas, das estruturas políticas, das estruturas culturais, é tão forte que ao sair da FAO ele ficou na França, sendo exilado do Brasil por conta do seu posicionamento político, falecendo também na França. Não conseguiu retornar ao país. Deixou o legado de suas obras e um dos últimos livros que escreveu foi "Fome: um tema proibido", onde ele faz um levantamento de todos os problemas causados pelas forças econômicas e pelos impérios para não solucionar a fome. Então isso é um legado que ainda hoje tem que ser considerado no campo da Geografia, embora lamento que a Geografia pouco fale atualmente de Josué de Castro.

Pergunta: Quanto à incidência de secas no Semiárido brasileiro, o que tem percebido de continuidades e transformações em relação aos seus impactos sociais?

Levi Sampaio: *As secas são bastante discutidas na Geografia. De modo geral, as secas causam transtornos na economia e nas condições sociais. Na Geografia, a seca é sempre debatida, porque esse fenômeno trata da natureza e da sociedade, dois temas essenciais na formação dos geógrafos. Nos estudos aprendemos que há dois tipos de seca: a seca natural decorrente da redução das precipitações pluviométricas e seus desdobramentos. No Semiárido brasileiro, a seca natural afeta a vegetação, ora é verde, ora é seca, torna os solos desidratados etc. A economia é atingida porque as plantações morrem, por conta do déficit de água, provoca desabastecimento nas irrigações, os açudes secam, as cidades são desabastecidas e as periferias são as mais atingidas. A*

seca social é decorrente da seca natural. A seca social, no entanto, está relacionada com as condições socioambientais, sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais.

Na formação econômica e social do Semiárido brasileiro, reinou a desigualdade das estruturas econômicas e de poderes. As terras foram distribuídas para os aquinhoados enquanto a maioria da população ficou sem direito à propriedade da terra ou com pequenas posses. Foi produzida então a estrutura fundiária concentrada em detrimento dos sem-terra para produzir. A estrutura fundiária gerou a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores. Os latifundiários passaram a controlar os recursos naturais, a produção, a distribuição, o consumo e a renda. Se a seca natural dificultava a convivência dos mais ricos com o Semiárido, os mais pobres passavam a sentir a seca na sua própria vida cotidiana. As desigualdades foram ampliadas, as carências de água e alimentos provocaram a fome, a morte e a migração. Os pobres e famélicos diziam no passado: “aqui tá uma seca danada”, onde a inanição e a desnutrição se ampliavam. Daí a seca social ser produto das desigualdades estruturais da própria sociedade.

A seca social é produzida pelas desigualdades das estruturas: econômicas, sociais, políticas e da cultura impregnada nas mentes da sociedade que compõem o Semiárido. A seca natural como algo maléfico, como se não pudéssemos conviver com ela. Nós também temos água na escala do Semiárido. A seca natural e a seca social não são complementares. Então isso tem a ver com relações sociais de produção, com acesso à terra, com acesso à renda, com a necessidade de trabalho. A seca natural em si não tem como ser alterada, é isso que é, ela ocorre, e vai continuar ocorrendo. Agora a seca social ela é corrigível. Hoje, as tecnologias sociais de acesso à água e pequenos sistemas de abastecimento são essenciais para as comunidades rurais do Semiárido.

No Semiárido, vimos historicamente a política da açudagem e da perfuração de poços, que se convencionou chamar de “combate à seca”, como a principal estratégia. O aumento da oferta de água ocorreu, mas não para todas as pessoas e espaços. A integração de bacias, como a transposição do rio São Francisco, é um processo mais recente e muito importante. O discurso é de que o planejamento da transposição é para atingir os estados e as populações carentes que têm necessidade de água. Hoje a transposição é uma realidade, está modificando a paisagem porque os canais são rios artificiais que vão correndo pelo Semiárido e chegando aos leitos naturais e açudes que antes secavam, mudando a ecologia desses locais e os processos de produção, porque estão aparecendo diversas formas de produção através da irrigação.

Pergunta: Quais grandes modificações no Semiárido brasileiro podem ser apontadas com a materialização territorial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional?

***Levi Sampaio:** A transposição do rio São Francisco não terá mais fim porque as demandas hídricas são crescentes. Estão acelerando para interconectar bacias hidrográficas, rios, açudes e cidades, com a construção de ramais. A exploração do rio São Francisco continua sendo ampliada, transformando a estrutura hídrica natural em novas estruturas artificiais, nas quais a distribuição e comercialização das águas reconfiguram paisagens e espaços.*

A transposição das bacias hidrográficas acelera no país a expansão do agronegócio. No caso específico da transposição do rio São Francisco, essa vai favorecer os espaços seletivos, que são territorializados pelo capital. As comunidades são desterritorializadas pelo Estado e pelo agronegócio, o grande beneficiado com as águas para negócios. Essa água enquanto mercadoria vai chegar para os produtores do agronegócio em detrimento dos pequenos irrigantes e comunidades rurais.

A transposição das águas do rio São Francisco proporciona ao agronegócio avançar sobre novas terras férteis e sobre as margens dos rios no Semiárido brasileiro. Como não houve no país Reforma Agrária, então o agronegócio se expande sobre grandes extensões de terra. Para que haja a irrigação dessas áreas é necessário que as águas das transposições cheguem as fazendas, aos proprietários, e com isso as cercas são paradoxalmente derrubadas para os pequenos produtores rurais (desterritorialização) e fortalecidas para a expansão dos grandes negócios, mantendo a estrutura fundiária concentrada e o acesso à água muito desigual.

No Ceará, hoje temos o canal do trabalhador, o Eixão das Águas e o Cinturão das Águas, que levam água para diversas áreas do estado. Então isso é muito importante porque vai mudando tanto a paisagem como o sistema produtivo, a própria cultura local vai sendo alterada, porque sempre se estava aguardando a seca, mas com a transposição das águas do rio São Francisco e a integração delas com essas ramificações, as águas estão chegando não de forma absoluta e nem para todos, mas chegam e atendem parcela das necessidades das cidades e das áreas rurais.

Pergunta: Sobre o agronegócio no Semiárido brasileiro, como tem compreendido sua atual territorialização, notadamente em relação as águas e as cercas?

***Levi Sampaio:** O agronegócio é um modelo de agricultura que é acelerado em vários países do mundo e toma como fundamentos a agroquímica e a agromecânica. A força motriz são os financiamentos públicos e o uso de tecnologias sofisticadas, computadorizadas, agricultura de precisão como vem sendo anunciado. Nos fundamentos dessa modalidade de negócio está a produção de mercadorias, onde a água deixa de ser dádiva divina e bem comum e passa a ser produzida, armazenada e distribuída, tanto quanto as demais mercadorias. Para isso se requer capital, trabalho, tecnologia e ciência.*

Os projetos de colonização e irrigação via DNOCS existentes nos solos férteis das proximidades dos rios e açudes do Semiárido brasileiro estimulam a substituição da agricultura familiar e da produção de alimentos pelos pequenos irrigantes locais pela agricultura e pecuária moderna de larga escala. Esse modelo afeta substancialmente as relações sociais e técnicas do trabalho, além de ampliar os conflitos no espaço agrário, destruindo o ambiente e expulsando as comunidades tradicionais e os pequenos proprietários de terras. A modernização dolorosa, modernização excludente, como passou a ser denominada recebe todo o apoio do poder governamental. Com as cercas derrubadas, quem estiver do outro lado será expulso pelo processo de territorialização do agronegócio. Daí os conflitos e processos sociopolíticos de resistência por parte das comunidades rurais, quilombolas, povos originários etc. Historicamente, o agronegócio capturou e grilou terras no Semiárido, expandiu o latifúndio e com isso reduziu as áreas de produção dos pequenos produtores rurais.

Ademais, vemos que há variáveis interconectadas, que fazem com que o agro tenha se tornado culturalmente aceito por parcela significativa sociedade. O agronegócio nesse momento da conjuntura nacional é um forte participante do Produto Interno Bruto (PIB). Do ponto de vista político, o agro é retrógrado nos valores éticos e sociais, na forma de atuação no Congresso Nacional, impondo os seus desejos e produzindo leis que afetam drasticamente as comunidades indígenas, quilombolas e áreas naturais. Um bom exemplo que pude observar são os fechos de pastos da Bahia. Quem perde com a territorialização do agronegócio são as pequenas comunidades. Em diferentes espaços do país e no Semiárido, as pequenas comunidades estão ilhadas pelas monoculturas. Os efeitos são catastróficos porque os agrotóxicos são jogados nas plantas, envenenando as terras, as águas, os alimentos e as pessoas.

Pergunta: Como a recente interiorização dos grandes projetos corporativos de energias renováveis se articula com as cercas no Semiárido brasileiro?

Levi Sampaio: Nós vimos que a Geografia da Energia no Brasil é muito importante porque com a chegada da energia elétrica houve um processo de interiorização de mercadorias no país, a comercialização foi ampliada e os processos produtivos de pequenas indústrias, de pequenos negócios também foram expandidos, dinamizando a economia do Semiárido.

O Brasil ainda é um grande produtor de energia hidráulica, mas agora com as energias renováveis que chegaram, principalmente a eólica e a solar fotovoltaica, estamos vendo que a região semiárida do país está sendo bastante afetada, com seus ganhos, mas tem as percas. As comunidades do litoral, as comunidades das serras e as comunidades do sertão, onde as correntes de ar são fortes, estão sendo impactadas pela implantação das eólicas. Essas comunidades têm sofrido fortemente em diferentes aspectos.

Com o avanço das tecnologias, temos visto o aumento das energias solares. Plantas gigantescas estão sendo instaladas pelo interior do Semiárido para produzir energia dita “limpa”, diminuindo áreas naturais e agrícolas, causando impactos socioambientais, alterando o mercado de terras em favor das grandes empresas. As pequenas e médias propriedades agora estão virando grandes negócios de energia, se espalhando pelo Semiárido. Os impactos estão bem perceptíveis a olho nu mesmo, porque vemos os grandes “espelhos” se territorializando.

Contraditoriamente, a busca pela redução de carbono na atmosfera tem gerado impactos socioambientais nas comunidades rurais. As comunidades estão reagindo, se organizando e lutando contra os impactos. Nas áreas urbanas as energias renováveis aparecem na mídia como algo muito positivo, sem grandes problemas. Temos observado esta problemática das energias eólica e solar crescendo fortemente em estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Pergunta: Em sua concepção, quais processos são fundamentais para que ocorra a transição do paradigma do combate à seca em direção à convivência com o semiárido em uma escala mais ampliada?

Levi Sampaio: Ouvi pela primeira vez a expressão convivência com o semiárido no final da década de 1980 e início da década de 1990 na Universidade Federal de Pernambuco. Havia pesquisadores que se opunham aos programas governamentais de combate à seca e faziam o debate junto à SUDENE e DNOCS, que eram os órgãos que fomentavam as políticas contra as secas.

A ideia de combater e ser contra as secas vai de encontro ao próprio bioma Caatinga e ao Semiárido como um todo. A natureza tem suas peculiaridades em cada lugar: geologia, relevo, solos, clima, hidrografia, vegetação etc. A conformação desses elementos são parte constituinte do ambiente. As variações são decorrentes da composição que se forma a cada momento na história da natureza.

A ciência meteorológica com modelos sofisticados, com técnicas quase que precisas, consegue indicar as possibilidades de o fenômeno da seca aparecer ou das precipitações acontecerem. Diante das evidências científicas pode-se prevenir as populações do que pode ocorrer positivamente ou negativamente.

As comunidades rurais, sindicatos rurais, ONGs, Pastorais Sociais, CPT, MST, associações e setores das universidades passaram a difundir experiências que demonstravam que o Semiárido não é um “bicho de sete cabeças”, sendo necessário implementar políticas de estímulo à reprodução das experiências exitosas de convivência.

Foram feitas pesquisas junto as organizações que trabalhavam com as experiências de convivência com o semiárido. Vieram nessa avalanche de ideias as tecnologias sociais: cisternas, mandalas, quintais produtivos, barreiros, pequenas barragens, agroflorestas e muitas outras. Hoje, a convivência é uma realidade em muitas comunidades espalhadas pelo interior do Semiárido. A cada dia são ampliadas novas experiências.

O paradigma da convivência com o semiárido é processual, lento, contudo, vem fortalecendo a cultura do Bem Viver, sem eliminar ou se contrapor a existência da natureza da Caatinga, respeitando os ambientes. No entanto, cabe salientar que ainda existirá a coexistência desses dois paradigmas por muito tempo.

Pergunta: Qual importância tem a Agroecologia para a convivência com o semiárido? Como tem visto a promoção atual da Agroecologia no Semiárido brasileiro?

Levi Sampaio: A Agroecologia é um novo paradigma nos campos político, científico e da agropecuária no país. Surge no seio do debate ambiental e assume uma postura bastante firme no que tange aos seus princípios, como o não uso de agrotóxicos. Propõe o uso de biodefensivos que são elaborados pelas comunidades rurais e pelos laboratórios que trabalham com produtos naturais.

A base social da Agroecologia é eminentemente composta por camponeses e pequenos agricultores e agricultoras familiares, se diferenciando muito do agronegócio. Isso não quer dizer que a agricultura familiar como um todo seja agroecológica. A Agroecologia visa o uso da produção agropecuária para suprir as necessidades básicas das famílias dos próprios agricultores, cujo excedente do consumo da família pode ser comercializado.

Hoje, a produção agropecuária que é decorrente da Agroecologia está sendo comercializada principalmente nas feiras agroecológicas que surgiram nos municípios brasileiros, em diferentes lugares. Parte das capitais brasileiras vendem produtos agroecológicos vindos dos agricultores, camponeses do interior dos estados. As feiras agroecológicas têm um contingente de consumidores nas cidades. São os que fazem opção por produtos não convencionais, que possuem excelência na qualidade, sem agrotóxicos.

Na Geografia Agrária, discutida no LEAT, adotamos a Agroecologia como parte da formação dos camponeses e dos estudantes. As mulheres passaram a ser protagonistas na defesa da Agroecologia. No Ceará, temos o MST que criou a feira agroecológica no Centro de Formação Frei Humberto, onde são vendidos produtos provenientes dos assentamentos rurais do interior do estado. O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (CETRA) é outra organização importante. É uma ONG, das mais antigas do Ceará, que também criou feira agroecológica em sua sede em Fortaleza.

Alguns supermercados criaram espaços onde são expostos produtos agroecológicos. No interior do estado do Ceará os sindicatos rurais encamparam as feiras ampliando e difundindo a Agroecologia como nova forma de produção e distribuição. As diferentes iniciativas contribuem para que o paradigma se consolide.

Foi muito importante o surgimento da Agroecologia. Fazemos o debate e incentivamos a transição agroecológica. Os camponeses que viviam da agricultura familiar, conhecida como de subsistência, estavam sendo sugados pela modernização do campo, que impunha o uso de agrotóxicos e de financiamentos. A modernização estava contaminando os agricultores com a ideologia capitalista e práticas produtivistas.

A transição agroecológica vai fazer o movimento no sentido contrário: os agricultores familiares camponeses passam a produzir sem o uso de agrotóxico, aprofundando saberes e

conhecimentos sobre solos, práticas de manejo, tipos de sementes, cultivos, criações etc. As lutas sociais em favor da Agroecologia foram determinantes para que o governo da presidenta Dilma Rousseff encaminhasse para o Congresso Nacional o projeto de lei que criou a Política Nacional de Agroecologia. São os movimentos sociais com o apoio dos partidos políticos de esquerda que conquistaram essa luta. A Agroecologia tem avançado porque parcela da população tem preocupação crescente com a qualidade de vida e bem-estar. Agroecologia é vida, é saúde. Viva a Agroecologia!